



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

***TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS***

<b>CPI - TRÁFICO DE ÓRGÃOS HUMANOS</b>		
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>N°:</b> 0867/04	<b>DATA:</b> 16/06/04
<b>INÍCIO:</b> 15h08min	<b>TÉRMINO:</b> 16h45min	<b>DURAÇÃO:</b> 01h37min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 01h37min	<b>PÁGINAS:</b> 36	<b>QUARTOS:</b> 20

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**NEIDE BARRIGUELLI - Presidente da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil.**

**SUMÁRIO:** Tomada de depoimento.

**OBSERVAÇÕES**

Há palavra ou expressão ininteligível.  
Há intervenção inaudível.  
A audiência pública foi transformada em audiência reservada.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da 20ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação de organizações atuantes no tráfico de órgãos humanos — CPI de Tráfico de Órgãos. Queremos, neste momento, convidar a Sra. Neide Barriguelli, porque esta reunião foi convocada para realização desta audiência pública. A Sra. Neide Barriguelli é Presidente da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil. Queremos convidá-la para tomar assento nesta Mesa. A Sra. Neide Barriguelli procurou voluntariamente a Comissão Parlamentar num desejo de estar contribuindo e colaborando com os trabalhos desta Comissão. Nós vamos, neste momento, então, passar a palavra à Sra. Neide Barriguelli, que é Presidente da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil, que estará colaborando com os trabalhos desta Comissão nesta tarde de quarta-feira. Nós vamos conceder o tempo de 20 minutos, prorrogáveis por esta Comissão pelo tempo necessário para que as informações prestadas pela depoente possam estar sendo disponibilizadas aos Parlamentares membros desta Comissão. Neste momento, concedo a palavra à Sra. Neide Barriguelli.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Boa tarde a todos e todas. Eu não posso dizer que é com prazer que venho para esta CPI, mas que venho com disposição que, de uma vez por todas, essa questão do transplante de órgãos no País tenha um rumo certo. Eu sou renal crônica há 19 anos quase. Em novembro faz 19 anos que eu estou fazendo hemodiálise. Fiz um transplante em 95, que não deu certo. Aí, eu já tinha 9 anos de tratamento. Já tinha muitas complicações e foi uma tragédia o meu transplante. Mas não sou contra o transplante. Luto. Não vou fazer outro porque não acho que seja a solução para o renal, porque renal uma vez, renal é renal sempre mesmo e transplante é um tipo de terapia, não é a cura, porque transplante é muito colocado como uma mágica que vai curar, e não vai curar. É uma terapia que tem complicações, que tem que ter muito cuidado, tem remédios fortíssimos. Então, não vejo o transplante como uma mágica, mas luto até a morte para quem quiser transplantar se transplantar, porque tem muito transplantado vivendo bem. Então, minha vida tem sido, nesses 19 anos de luta, primeiro, pela sobrevivência, pela qualidade da diálise, porque a diálise neste País era uma tragédia e hoje a gente já está respirando um pouco mais. Então, está podendo lutar



até por direitos de cidadão, que o renal seja considerado deficiente. Segunda-feira fui empossada como membro titular no Conselho Nacional do Deficiente, no Conselho Nacional de Saúde a gente já faz parte há algum tempo, há alguns anos. Mas estamos conseguindo provar que o renal é deficiente e tal. Mas a questão do transplante é uma questão difícil, porque a gente denuncia, denuncia, luta, luta e não consegue provar nada. Está sempre... A medicina tem recursos, que são técnicos. Então, tem sempre uma desculpa técnica e a ética fica para trás. Então, eu não sei nem onde eu começo aqui, porque eu tenho tanta coisa, mas eu quero começar é mesmo pela minha experiência da minha entidade União de Insuficientes Renais, em São Paulo, que nós fundamos no ano 2000 e que eu venho... Já vinha de uma outra entidade, mas, em 2000, foi preciso, o movimento se dividiu e eu fundei outra entidade e, aí, nessa entidade, o meu objetivo era fiscalizar a lista de transplante, conseguir os medicamentos necessários e orientar o paciente nos seus cuidados. Então, ele fazia uma fichinha e ele me dava o número do CPF se quisesse. Todos queriam porque queriam saber a posição na lista de transplante, e a lista de transplante está na Internet já, não me lembro bem se desde 98, 99, a gente acessa pelo número do CPF e consegue. Então, aí já é um limitador, porque nós queríamos essa lista pública. Então, foi dificultado para as entidades, porque o CPF é uma coisa pessoal, só que os pacientes entenderam o objetivo da Associação, e hoje nós temos 5 mil associados. Alguns não querem dar o número, a gente respeita e não...Ele tem o direito de não dar o número do CPF, só que nós fomos fazendo, e a gente avisava o paciente, a gente vinha, fazia a ficha, a gente pesquisava na Internet e dizia para ele: olha, você não está inscrito, porque antes não estava inscrito, saía lá na Internet: procure a central. Tinha até o telefone. Nada foi localizado dos nossos arquivos. Aí tem a situação ativo, é o que está apto para fazer o transplante. Soro vencido é aquele que está apto, mas que, no momento, os exames no laboratório venceram. Ele sai da lista, porque ele está com soro vencido. Aí tinha o sem informação, que não estava inscrito. Sem anuência, que para ser ativo numa lista de transplante, você precisa estar inscrito na Central de Transplantes e ter a anuência de uma equipe de transplantes. Então, tem aqueles que estão sem anuência. Eu estou sem anuência. Eu nunca fui mais procurada depois que eu fiz o transplante para ver se eu quero fazer outro, se eu não quero,



mas eu estou lá inscrita, e sem anuência de equipe, só que eu tenho uma equipe, que é lá no Hospital das Clínicas. Nunca me procuraram. Nunca fui chamada para fazer algum exame para dizer se eu quero ou não quero fazer esse transplante, só que tem 18 anos de tratamento. Eu estou com minhas fichas aqui e, aí, tem exames incompletos, tem suspensos, sem condições clínicas. Então, saía a situação e, antigamente, saía a posição no cadastro técnico. Esse aqui 1.610. Ele está com soro vencido. Então, posição na lista ativa era zero, porque ele sai da lista. Agora, o ativo é assim: posição no cadastro técnico pode ser mil e cacetada, agora, posição ativa podia ser número 12, 13, porque aí era uma pessoa privilegiada. Então, eu peguei todos esses casos, acho que foi 97, 98, não, em 2000, está tudo aqui, e levei para o Secretário de Saúde. Ele disse que já tinha feito de tudo para conseguir uma melhora nessa situação da lista, que não tinha conseguido, que a única coisa que ele podia fazer... Se eu queria que ele matasse os transplantadores. Ora, eu não queria que ele matasse os transplantadores, mas ele tinha toda a condição de estar resolvendo essa situação. Aí, como ele não resolveu, levei a questão para o Governador. Levei todos os casos, fiz um estudo, fiz os gráficos, peguei caso a caso, levei uma relação que está aqui, que era menor, era com 3 mil, hoje temos 5 mil. Aqui temos nome, CPF e a situação de cada paciente nosso. O Governador ficou indignado e falou: *“Resolvam essa situação, porque ela está errada”*. E aí que nós nos ferramos, porque eles resolveram, eles resolveram ao bem deles. Disseram ao Governador, que é médico anestesista, não entende nada de transplante, que faltava um exame muito caro, que era o exame de compatibilidade genética, de histocompatibilidade, que fica 340 reais cada exame. O Governador falou: *“Não me interessa, vai fazer o exame da fila inteira”*. Aí eles fizeram o exame de histocompatibilidade da fila inteira, foi uma grana que São Paulo pagou. Só que esse exame não ativa ninguém. Então, o Governador foi enganado, e achou que tinha resolvido o problema. Ele pôs dinheiro, pagou, e ficou sossegado. Só que aí nós fomos duplamente penalizados, porque essa consulta na Internet não sai mais com a posição na fila, porque, na verdade, se usar o critério de histocompatibilidade é loteria, porque tem que ter o mesmo HLA. E isso, na população, essa compatibilidade é boa em familiar, em irmão você acha até idênticos, que é como se fosse um irmão gêmeo, é o melhor transplante. E aí tem irmão que dá uma



compatibilidade parcial. Também é bom, só que na população em geral é 1 em 1 milhão, só que esse 1 milhão precisa ter morte encefálica e ser doador de órgãos. Então, é muito difícil. Nesses anos eu tenho perguntado: “*Quantos HLA idênticos vocês acharam?*” Ninguém me responde. Outro dia me responderam uma piada, disse que acharam 1,8. Quer dizer, ou acharam 1, ou acharam 2, porque 1,8 não dá para achar. Então, trouxe aqui a pesquisa que eu fazia, até eles acabarem com a possibilidade da gente ver o lugar da pessoa na lista, porque saí lá: ativo, soro vencido. Isso a gente vê na associação e avisa lá, mas não tiram mais as fichas porque não prova nada mais. Antes a gente controlava, quem estava na boca do transplante a gente controlava quase todo dia, para ver se essa pessoa estava sendo preterida. E tem um caso aqui, agora, se os Deputados quiserem, eu tenho tudo aqui. Primeiro vou mostrar: isto aqui é soro vencido, de 2000 e começo de 2001. Isto aqui está tudo fora da lista. Aqui são pessoas, aqui não é um monte de papel, são um monte de pessoas. Eu não lembro quantas pessoas, faz tempo que eu fiz isso, foi quando eu levei para Governador. Parece que umas 800 fichas tem aqui, não sei. Os aptos a transplantes são estes aqui. Esses aqui são os sem anuências, que pensam que estão inscritos e não estão, porque a equipe não falou para eles: “*Pode começar a fazer os exames, você precisa tantos exames*”. Então, esses... Só quero separar os ativos. E esses outros aqui são uns que eu estou começando a cruzar na Internet. E como tenho o documento antigo, que eu tirava um para mim, para o meu arquivo, e outro para o paciente, então, já comecei a cruzar. Alguns estão sem informação. Mas agora não aparece mais aquela folhinha: “*Procure a Central*”. Quando ele não está ativo, soro vencido e tal, ele some da Internet. Então, suponho: ou ele morreu, ou ele foi transplantado. Então, eu tenho muitos aqui sem informação. Outros continuam lá, 20 anos esperando. Está aqui: o Airton Lopes, desde 84 está ativo. Outro dia ele esteve na Associação ele falou: “*Ah, fui chamado, mas o meu braço estava inchado e não fizeram*”. Eu falei: “*Mas Airton, o que tinha a ver o braço inchado?*” “*Ah, não quiseram fazer o meu transplante porque o braço estava inchado.*” Desculpa, não querem fazer o dele. Este outro aqui também é um de 93, está com soro vencido. Este eu fui tirando agora, então, estou cruzando, mas seria importante que a CPI cruzasse todo mundo e pedisse explicações para a Central de Transplantes, quer dizer, onde é que estão, que fim



levaram essas pessoas, se transplantaram, se estão continuando em diálise. O que não pode é sumir, porque como tem esse cadastro, ele serviria até para pesquisa, que ninguém sabe quantos transplantaram no País, quantos transplantes estão dando certo, quantos órgãos tem. A nefrologia não tem esses dados, e os que tem a gente não confia. Então, seria uma forma de a Secretaria da Saúde de São Paulo ter o dado, quer dizer, não precisa, é só dizer lá: *“transplantado ou óbito”*. Por que some da Internet? Some porque não tem transparência. Agora, estou falando isso faz muitos anos. Bom, esses são os que eu revi. Se houver... Tem até morto aqui que continua na lista. Tem 2 que eu conheço bem, que foram a óbito e continuam na lista. Eu estou com a ficha deles aqui, mas acho que isso não vai ao caso. Agora, tem um caso aqui, que eu quero relatar, que aconteceu no final de... acho que no final de 97. A Maria Lúcia Godim, uma moça que faz diálise há muitos anos comigo, procurou-me dizendo que fazia 6 meses que ela ia na Associação, pegava a posição dela na lista, e que ela era 24, 30, porque variava um pouco. E como esses que estão ativos eles não são os primeiros da lista, então, algum antigo lá que se cadastre ele passa na frente desses ativos, porque é um direito dele. E a Lúcia estava vendo que em 6 meses ela não desencilhava daquela posição. Então, falei: *“Vamos lá na Central, ver o que está acontecendo”*. Fui com ela na Central, e aí o cara foi burro para caramba, porque ele falou: *“Ah, dona Lúcia, sabe o que é? A senhora já era para ter transplantado, mas não tem leito no Hospital das Clínicas. Então, aí não dá”*. Eu que falei: *“Opa, não tem leito e não transplanta?”* Aí ele falou: *“É, não dá, tem 20 leitos só”*. Tem 20 leitos até hoje. *“Tem só 20 leitos, estão ocupados, ocupa muito com o retorno.”* Aí eu falei: *“Bom, mas eu queria isso escrito, então”*. *“Ah, só ela que pode.”* *“Ah, só ela que pode? Então me dá um papel aí: requereiro...”* Eu falei: *“Lúcia, assina”*. Falei: *“O senhor aceita?”* Falou: *“Dr. Agenor”*. *“Ah, aceito e tal.”* Aí demorou um pouco, ele deu para a Lúcia, está aqui, não, mandou para mim, porque ainda era da outra associação, mas mandou para ela também. E aí ele deu aqui o destino dos órgãos e a posição dela na lista. Só que ele, olha a malandragem, pôs a posição dela na lista e o registro do paciente que foi transplantado, não pôs a posição do paciente na lista. Então, número de registro todo mundo tem um. Aí não deu para a gente saber, mas ele aceitou que ela foi preterida na fila montanha de vezes. Ela foi para a Justiça — ela se dispõe a vir aqui



também —, ela foi para a Justiça, ganhou, e a Secretaria da Saúde de São Paulo foi penalizada em 5 mil reais de multa por dia enquanto ela não fosse transplantada. O Secretário fez um acordo lá, com o Hospital das Clínicas, e que se não fosse transplantada lá, se aparecesse um órgão, ela seria transplantada em outro lugar.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sr. Presidente, me permita um aparte, só para não perder a linha de raciocínio. Gostaria de fazer uma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Depois a senhora descobriu qual era a ordem desse transplantado na lista?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não. Nunca consegui descobrir, porque eles me alegaram que mandam todo mês para o Ministério Público um pacote com os transplantes. E que isso estava no Ministério Público.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E não aparecia o nome dele na lista antes do nome dela, porque a isso a senhora tinha acesso?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não. Não tinha acesso. Nós temos acesso só pelo número do CPF. Não tenho acesso a uma lista primeiro, segundo, terceiro. A gente conseguiu, porque eu consegui muito número de CPF. Aí, nós conseguimos fazer um certo controle.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E quem tem essa lista?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - A Central de Transplantes tem.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Essa lista não fica na Internet para vocês acompanharem?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não, não fica, porque eles limitaram. Eu acompanhei todo o processo de implantação da Central. Então, eu queria uma lista pública, e eles diziam que por ética médica, que é um dado médico e que não pode ser publicizado. E, aí, a única forma de ter controle, a própria pessoa entra na Internet com seu CPF e tem. Então, dificultou para as entidades.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, ela sabe que ela é a 35ª, mas ela não sabe o nome dos outros que estão antes dela?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não, não sabe os outros. Como essa moça desconfiou que estava demorando muito, ela estava ali, na boca do transplante e empacada naquilo, nós fomos lá. Ele bobou quando ele abriu.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, dessa forma, a senhora concorda que não dá para vocês acompanharem se existe corrupção ou não, porque vocês...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É muito difícil, é muito difícil. Por isso que a gente está falando anos e anos e ninguém ouve. Ainda somos taxados de loucos, exagerados...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas eu estou abismado, porque, na realidade, Presidente e Relator, é um processo extremamente obscuro. O senhor é o 10º na lista, mas não sabe quem são os outros 10 para o senhor fiscalizar se, efetivamente, aquele é o 8º, é o 9º mesmo, ou se, de repente, o 100º entra na sua frente.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Olha aqui, espera aí. Nessa ocasião, eu consegui, ele deu, eu tenho aqui. Mas as pessoas não estão nem nesta lista aqui. Aqui ele deu da Escola Paulista, que o Medina me deu, na ocasião, e eles me deram do HC uma listinha aqui, pouquíssima, que são os ativos da época.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - A senhora pode continuar. Só queria pegar essa parte que eu não tinha entendido.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Feito isso, a Lúcia foi para a Justiça e eu fui para o Ministério Público Federal com ela também. Isto foi, acho, em 98, porque está aqui: Representação 9, de 98. Foi comezinho de 98, porque essa questão aqui foi no natal de 97. Em 19 de dezembro de 2003, eu recebi do Ministério Público o arquivamento da minha representação. Está aqui. Agora, ele... A gente fez a denúncia, o Ministério Público viu todas as irregularidades, só que manda arquivar, porque diz que a Secretaria estava tomando providências. O HC dá uma resposta, dizendo que estavam em plantão, que eu acho que eles arrumaram depois... Eu não sei se valeria a pena ler tudo ou anexar esse documento do Ministério Público, que é importante. Com relação aos fatos ocorridos nos dias 25 e 26 de dezembro de 97 — em informação do Hospital das Clínicas —, indica-se a existência de ato normativo interno, que eu acho que eles fizeram depois, dispondo pela não realização de transplante renal entre 24 de dezembro e 1 de janeiro de 98 por falta de infra-estrutura hospitalar adequada nesses dias. Assim, não havendo equipe no hospital, houve redistribuição dos órgãos pela Central até encontrar um hospital com disponibilidade, de acordo com a ordem, no caso, o Sírio-Libanês. Acontece que o





chefe da equipe no Hospital das Clínicas, nestes feriados, que estava de folga, era o Dr. Elias David Neto, e o chefe da equipe no Hospital Sírio-Libanês também era o Dr. Elias. Então, no hospital público ele não era transplantador, mas no hospital particular ele era transplantador e pegou os órgãos que não puderam ser transplantados no público para transplantar no particular. Por sua vez, o chefe clínico da Unidade de Transplante Renal, da Divisão de Clínica Urológica do Hospital das Clínicas, Dr. Luiz Estevam Ianhez, afirma que no ato cirúrgico de transplante renal são necessários 3 urologistas no implante do órgão e para a retirada 3, no caso de doador vivo, e de 2 no caso de cadáver. Os médicos possuem contrato de 20 a 35 horas semanais com o Hospital das Clínicas, e 1 nefrologista fica de plantão para avaliar o doador, caso apareça. Com a criação das organizações para procura de órgãos, a grande São Paulo foi dividida em 2 regiões, uma subordinada ao Hospital das Clínicas e à Santa Casa e a outra ao Hospital de São Paulo e ao Dante Pazzanese. A OPO faz a pesquisa no doador para fins de identificar características que permitam chegar a um possível receptor e comunica à Central de Transplantes da Secretaria de Saúde. Acho que dá para pular aqui. No início do sistema OPO havia a prática de 1 rim ficar no hospital captador e outro destinado a pacientes da lista. Essa questão aqui a gente brigou e, aí, conseguimos que os 2 rins fossem para a lista, porque nessa época aqui que era festa, porque captava, 1 ficava, outro jogava na lista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Como que funcionava? Isso aí era no Hospital das Clínicas?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Era em São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Como é que funcionava isso?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Tinham as equipes captadoras, elas iam captar. Alguém anunciava: *“Tem uma morte cerebral”*. Aí o hospital mandava a equipe, a equipe tinha direito. Um órgão era dela, ela transplantava na fila dela, porque ela tinha lá a sua filhinha particular.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Isso era acordo entre eles?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Era acordo entre eles.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Contrariando a legislação?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É que não tinha ainda a lei federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Foi em 97?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - 97, já tinha a lei, mas estava...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Correto. A lei estava em elaboração.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Estava.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Só uma dúvida também, Presidente. Essa filhinha era coordenada por quem, antes da legislação?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Pelo transplantador, pela equipe.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - De quais hospitais?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Era de todos os que transplantam.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Parece que ele tinha uma comissão, não é? O médico recebia uma comissão. Se ele captasse 2 órgãos, 1 era para ele transplantar em quem ele quisesse e o outro era para atender à fila?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Como o cadáver tem 2 rins...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Agora, seria interessante nós levantarmos... Se fosse possível, talvez ela possa colaborar conosco. Esse que ele tinha por opção de transplantar em quem ele quisesse, se a gente conseguisse algumas pessoas que estavam nessa lista dessa segunda opção... Presidente, vou explicar por quê. Se a senhora teria, em tese, nos arquivos da senhora, essa relação das pessoas que foram transplantadas, ou como nós podemos fazer isso, não pelo oficial, mas por essa segunda opção, para nós podermos verificar se nesse segundo caso essas pessoas pagaram ou não por isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ela está dizendo que não.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu acho que sim, porque ele não tinha o controle de ninguém.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Veja o senhor, Sr. Presidente, muito embora não houvesse legislação que regulamentasse o transplante, seria questionável também, juridicamente, serem vendidos esses órgãos. Também não tinha nada que permitisse que esses órgãos fossem vendidos. Então, acho que a gente poderia



levantar algumas pessoas, se nós tivermos condição, que foram transplantadas nessa época, entrarmos em contato com elas e perguntar se na ocasião elas tiveram que pagar algum valor econômico para conseguir o transplante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Como era o nome do médico que...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Luiz Estevam Ianhez, que era o chefe. Aí, ele continua aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Luiz Estevam Ianhez.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E o outro médico que a senhora citou aí? Elias não sei o quê.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Elias David Neto. Eu vou falar de novo nele. No início do sistema da OPO havia a prática de um rim ficar no hospital captador e o outro destinado a pacientes da lista. Quer dizer que da lista, o outro não era na lista. Com o fim desta, teria havido desinteresse dos hospitais particulares na captação, pois haveria um custo de extração não reembolsado para a utilização por outros hospitais.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Só um aparte, Sr. Presidente. Nessa, aí, ele já responde, porque com o desinteresse dos hospitais particulares, sinal que os hospitais particulares estavam vendendo.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Pois é.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Porque se depois não teve mais interesse, é óbvio que eles estavam lucrando economicamente com essa outra lista, os hospitais particulares. E com esse documento, a gente pode começar a chamar os proprietários dos hospitais para querer saber — inclusive, esse cidadão —, a quanto era comercializado esses órgãos, na ocasião, por parte dos particulares.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É. Deixa eu continuar. Finalmente esclarece que no fim do ano o Hospital das Clínicas reduz a atividade de trabalho e, conseqüentemente, a infra-estrutura necessária para a realização... Diminui a infra-estrutura para a realização de transplante. Por tal razão que os órgãos dos fatos ocorridos entre 25 e 26 de dezembro foram destinados ao Hospital Sírio-Libanês, mas que para o carnaval de 98 a falta de estrutura já teria sido



sanada. Elias David Neto, médico nefrologista do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, integrante da equipe médica do Dr. Luiz Estavam lanhez, afirma nas folhas — porque esse é o processo do Ministério Público — 127 e 128 que não se recorda de ter sido contatado pela Central de Transplantes sobre a existência de rins a serem transplantados. Mas que mesmo que tivesse sido não poderia o transplante ser realizado no período de 24/12 a 01/01 por falta de infra-estrutura no hospital, amparada por decisão do chefe da equipe. Nesse sentido, contudo, após os acontecimentos nos dias 25 e 26, a administração do Hospital das Clínicas se reuniu com a equipe e solicitou a realização de plantões para os feriados prolongados, o que teria já ocorrido no carnaval e Semana Santa de 98. Não havendo elementos dessa forma para responsabilizar o médico Elias David Neto pela realização de transplante em paciente particular no Hospital Sírio-Libanês, tendo a direção do Hospital das Clínicas justificado a não realização do plantão para adaptação à nova legislação e não se podendo concluir pela ocorrência de irregularidades pelos gestores da fila única, a representação mudou o enfoque para monitoramento, no Estado de São Paulo, da implantação da lista única pelo menos durante um ano. Foi o que o Ministério fez. Agora, aqui, o seu Elias é santo. Ele não foi contatado para transplantar pela Clínicas, mas ele foi contatado para transplantar no particular. E ele não tem culpa aqui. Essa resolução, provavelmente, foi feita depois da nossa denúncia, porque fazer um papel com data anterior é muito fácil. Nesse segundo momento, o Coordenador da Central Estadual de Transplantes enviou a relação dos transplantes realizados do cadáver por instituição, ao passo que o Hospital das Clínicas informou que já adotou providências para o funcionamento normal durante as festas de fim de ano, assim como o Instituto da Criança. Ele relata todos os institutos que transplantam em São Paulo. Em depoimento do Coordenador do Sistema Estadual de Transplantes, tomado em conjunto com o Ministério Público do Estado, verificou-se um sistema de vinculação do paciente ao hospital, ou seja, se um paciente estiver escrito, por exemplo, junto ao Hospital das Clínicas, só lá é que o transplante pode ser realizado. Assim, se não houver leito de transplantes disponíveis no momento, o paciente será preterido, independentemente de qualquer critério clínico. Esse seria o maior problema de nosocômios, como o Hospital das Clínicas, que só possuem uma enfermaria de



transplante com 20 leitos e cerca de 900 pacientes cadastrados. Tal problema só poderia ser minimizado com a vinculação do órgão ao paciente, de modo que o transplante pudesse ser realizado em qualquer outro hospital onde houvesse leitos disponível. Tal sistema estaria sendo aplicado no interior do Estado. Aí, eles monitoraram um paciente. Lógico que isso aí é só para exemplificar. Nem vou ler. Tomado novamente o depoimento de Neide Regina Barriguelli, Presidente da Associação de Renais e Transplantados do Brasil, esta revela haver suspeitas de manipulação da lista. Além disso, esclarece que o candidato a receber a doação só pode concorrer a ele se tiver ativo, ou seja, fazendo exames de 3 em 3 meses para quando aparecer o rim. A declarante revela que não é ativa e nunca foi chamada para realizar qualquer exame. Aí, ele não dá... Ele só cita aqui meu nome e tal... O Promotor não me responde, porque eu faço uma denúncia, que precisava ser respondida, ele não me responde. Juntou-se ofício do Ministério Público do Estado à Secretaria do Conselho Estadual de São Paulo informando a celebração de convênio para implantação do referido cadastro e as distorções que vêm ocorrendo para que se estudasse a implantação do sistema de vinculação do órgão ao paciente e maior formalidade na documentação da ausência de leitos em hospital. Quer dizer, ele concorda com a minha denúncia, só que ele dá uma chance e faz o tal acordo, celebra o convênio com o Ministério Público, que não adiantou nada até agora. Maria Lúcia de Brito Godim prestou depoimento afirmando estar na 15ª posição na lista de ativos e na 90ª no cadastro técnico por ter insistido muito para iniciar os exames necessários, tendo sido preterida por 32 vezes por falta de leito no Hospital das Clínicas, sendo o órgão destinado a outros hospitais. O Hospital das Clínicas informou que possui 20 leitos para transplantes, todos à disposição do SUS. O Coordenador do Sistema Estadual de Transplantes enviou a relação de transplantes de rim em 99 e a indicação em que hospital foi realizado, ressaltando que não possui dados sobre as fontes e remuneração da cirurgia se pelo SUS ou privada. Oficiados os hospitais diretamente e obtendo-se as respostas por demonstrativo, que indica que 399 de rins realizados pelo SUS e 45 pela rede particular. Isso não significa nada, porque pode fazer pelo SUS e pagar por fora. Esses 45 deve ser de convênio. O Coordenador da Central Estadual de Transplantes informou que a partir de 2000 o Secretário Estadual da Saúde



estabeleceu que os órgãos pertencem ao paciente, não mais o vinculando à disposição de leitos no hospital em que foi inscrito, sendo que a própria Central se encarrega de oferecer uma alternativa para que se opere a cirurgia, sendo de competência do paciente decidir se aceita ou não se submeter ao transplante por outra equipe em outro local. Além disso, nenhum paciente teria deixado de ser transplantado por falta de leitos no ano 2000. Finalmente, o Hospital das Clínicas informou estar em condições de realizar transplantes renais no período de 22/12/2000 a 01/01/2001. Dessa forma, tem-se esgotado dos fins a que se atribui a presente representação, seja com relação à apuração dos fatos ocorridos no natal de 97, em que não foram apurados os elementos que indicassem a existência de responsabilidade pela não realização dos transplantes no Hospital das Clínicas, sendo os órgãos destinados ao Hospital Sírio-Libanês; seja com relação ao acompanhamento da implantação do cadastro único, com a posterior mudança de orientação da Secretaria para vincular o órgão ao paciente e não mais ao hospital, possibilitando maior respeito à ordem no referido cadastro. Verifica-se, portanto, a perda de objeto em face da inexistência de novos fatos e tal. E ele promove o arquivamento. Para mim, isso aqui é o maior absurdo, porque nós denunciemos, provamos que a fila foi furada, mostramos quem desviou os órgãos e até o Ministério Público arquivou o caso, o que não é... Eu ainda tenho esperança de que esta CPI possa desarquivar esse caso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem foi o procurador que arquivou esse processo?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Marlon Albuquerque Weieschert. Dáblío, é, i, é, esse, cê, agá, é, erre, tê.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sr. Presidente, só uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sr. Presidente, só uma sugestão, em que ano que foi?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Foi no Natal de 1997 que o órgão foi desviado. E esse projeto... Cinco anos, em dezembro de 2003, que ele me mandou o arquivamento.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Se o Presidente achar pertinente, pode fazer um ofício para o Procurador do Estado de São Paulo, pedindo para ele fazer uma revisão na questão, porque o Promotor pediu o arquivamento, mas você sempre pode recorrer ao Procurador-Geral do Estado de São Paulo. Então, a sugestão é para que ele verifique ali, de forma detalhada, se ocorreu algum ilícito.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não, eles acompanharam e aí arruma todas as desculpas, porque médico para arrumar desculpa é uma beleza. Agora, ele... O Secretário, que era outro Secretário, anterior, disse que o rim é do paciente. Agora, eles lançaram o manual, agora em março, fizeram o manual do transplante. Então, o paciente recebeu isso de monte, que eles mandaram publicar — tirei na Internet. Então, diz o que é a Central, como conseguir a inscrição e o *status*. Como faço muito carnaval em cima do sem anuência, eles sumiram com o sem anuência. Agora, o *status* é assim: é a condição em que se encontra o paciente no cadastro técnico único. Pode ser: ativo, preparado para o transplante e presente nas listas de seleção dos receptores; semi-ativo, não participa temporariamente das listas de seleção e quando volta ao *status* ativo mantém a data de inscrição; removido, excluído do cadastro técnico. Em caso de reinscrição, terão uma nova data de inscrição. Então, esses aqui tudo estão removidos. A equipe ou a unidade de diálise são os responsáveis pela alteração de *status*. Quais são os motivos de status semi-ativo? Sem condições clínicas, suspensão, exames pré-transplantes incompletos (só que tenho gente que está há 10 anos com exames incompletos), recebeu transfusão sangüínea (aí fica fora 15 dias porque altera a sorologia), soro vencido, automático, pelo (*ininteligível*) quando o soro estocado no laboratório completar 90 dias, sem soro, sem a tipagem HLA. Agora tem uma observação importante: caso o paciente acumule 365 dias no *status* semi-ativo, será automaticamente excluído do sistema, recebendo *status* removido. E se ele quiser voltar, aí ele volta no fim da fila. E aí eles acabaram com o sem anuência, com todas aquelas outras situações que apareciam, que é para dificultar mais o nosso controle. E os motivos do *status* removido são: abandonou o tratamento, não quer ser transplantado, removido pela equipe, removido sem condições, suspenso por mais de 300 dias, transferido para outro Estado, transplantado fora do Estado, transplantado com doador vivo, função renal recuperada ou óbito. Só que isso aqui eles ainda não estão... Eu entrei na Internet



domingo e eles ainda estão... Apesar de eles terem lançado e inaugurado em março, ainda não está funcionando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sra. Neide, eu vou fazer uma sugestão aqui. Sei que tem muitas informações e algumas informações a senhora poderá estar recuperando até diante das perguntas dos Parlamentares. Queria pedir à senhora permissão para que os Parlamentares pudessem fazer um bloco de perguntas, de indagações, tirar algumas dúvidas sobre o que a senhora já falou até o momento, e se durante as respostas a senhora quiser se reportar a alguma informação que a senhora ainda queira prestar à Comissão, aí a senhora poderá fazê-lo, para que a gente possa também fazer uma interação dentro desse assunto que está sendo debatido. Não sei se o Deputado Rubinelli quer fazer uso da palavra... Deputado Geraldo. Rubinelli, depois o Geraldo e Pastor Pedro Ribeiro, de repente, tem algumas dúvidas que eles queiram esclarecer sobre algumas informações já prestadas ou algumas curiosidades também que eles queiram obter da senhora. Com a palavra o Deputado Rubinelli.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Quero sim, Sr. Presidente, muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero primeiro fazer uma observação, Sra. Neide, que realmente a senhora deve ter muita dificuldade por conta de que a forma de fiscalizar essa fila não existe, é impossível fiscalizá-la, nem com bola de cristal é possível fiscalizar essa fila. Acho que isso vai ser muito importante para nós da CPI fazermos um relatório final depois para que haja mais transparência nessa questão da... Mais, não, total transparência com relação a esse posicionamento da fila. E, com advento da Internet, é superfácil você colocar todos os dados na Internet e da casa do cidadão ele poder acessar aonde é a posição dele, quem foi o transplantado. E, se você não quiser colocar o nome das pessoas, para preservar, você pode colocar as iniciais, você pode colocar... Agora, também não sei se não pode, porque no Imposto de Renda você acessa lá, aparece o nome de todo mundo, lista telefônica, então, acho que não teria problema nenhum de ordem legal. Agora, acho que isso seria a saída. Agora, queria dizer para a senhora o seguinte: a senhora trabalha há muitos anos nessa entidade, a senhora é uma pessoa que a gente percebe que se dedica muito, e eu quero falar para a senhora que a gente está com... Eu aparentemente acredito que a CPI precisa muito de ajuda da





população e principalmente das entidades como a da senhora e das pessoas que passam por esses problemas. A gente sabe que existe um receio muito grande das pessoas de denunciarem irregularidades. As pessoas têm medo de serem processadas, de ser uma série de coisas. Então, quero dizer para a senhora o seguinte: sempre quando a senhora quiser passar uma informação sigilosa para essa CPI, mesmo que a senhora diga para nós: olha, não tenho certeza, mas ainda precisa ser investigado. Que a senhora agindo dessa forma, a senhora não está afirmando, a senhora está dizendo que tem que ser investigado. Então, a senhora poderá nos ajudar muito. E a senhora pode a qualquer momento pedir para a CPI ouvir a senhora reservadamente, hoje, aqui, ou mesmo lá em São Paulo, se a senhora tiver alguma informação que possa contribuir com a CPI para realmente acabar com todas as irregularidades na área, porque nós temos... A CPI tem alguns poderes, por exemplo, de quebra de sigilo fiscal, bancário, telefônico, busca e apreensão, que possibilita para nós que de uma forma rápida a gente tenha acesso a provas. A Justiça, muitas vezes, não tem essa rapidez que a CPI tem. Então, nós precisamos de pessoas como a senhora para fazer as denúncias chegarem até nós. Talvez a senhora, como representante da entidade, até pudesse, através de e-mail, alguma coisa da entidade, incentivar as pessoas que tiverem conhecimento de irregularidades de procurarem a CPI. O nosso presidente Neucimar deixa o telefone aí da Central da CPI. As pessoas que quiserem... Porque, veja a senhora, a polícia, muitas vezes, trabalha com informação de disque-denúncia, a pessoa não quer se identificar, liga de São Paulo, telefone público, e passa para a CPI aqui do Tráfico de Órgãos, mas seria bom que a senhora avisasse aos integrantes da entidade de que eles podem passar, ou em reuniões sigilosas conosco, as informações, ou senão... Se mesmo assim tiverem receio, liguem para a CPI, peguem o telefone com o nosso Presidente, Neucimar Fraga, que está fazendo um excelente trabalho, e liguem para cá, porque a gente precisa muito de informação.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu acho que com esse material que eu tenho, que já é do ano 2000, a Central tem que dar uma resposta para a CPI, porque isso aqui não é um amontoado de papel, são vidas, são pessoas, cada um é um aqui, que é uma esperança de um transplante e que fim levaram essas pessoas hoje? Porque dá para a gente, se fizer esse cruzamento que eu comecei a fazer, se



a gente conseguir fazer, o que eu tenho medo é o tempo, porque a CPI tem tempo, porque, se tiver ajuda, cruzar isso aqui e obrigar a Central de Transplantes dizer o que foi feito dos que sumiram — porque ou morreram ou transplantaram —, porque aí a gente tem a data que a pessoa começou a diálise, porque é data de inscrição, é o tempo de espera. Aí você pega, por que um do ano de 2000 já transplantou e um de oitenta e pouco não transplantou ainda? Quer dizer, aí dá para investigar. É só investigar também a conta bancária, porque quem pagou não vai dizer.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É, mas a gente precisa de nomes para poder quebrar o sigilo bancário. Por exemplo, a senhora deve ter informação, já dever ter ouvido falar de algumas pessoas que teriam facilidades, digamos assim, para conseguir o órgão, se tivesse, por exemplo, a contrapartida econômica, se pagasse por isso. Se a senhora passar, essas pessoas passarem para nós o nome de algumas pessoas que fazem essas propostas ou que insinuaram, a gente pode começar imediatamente investigar essas pessoas. É obvio que nós vamos fazer esse cruzamento que a senhora falou, vamos fazer essa investigação, mas se a gente tiver alguma informação e a senhora, como é a responsável pela entidade, conseguir conscientizar as pessoas a denunciarem, vai ser de grande valia.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu estou há 19... Em novembro, faz 19 anos que eu faço diálise. E nesses 19 anos eu ouço... Já ouvi histórias de todos os transplantadores paulistas, que fazem a cobrança por fora. Então, teriam que ser investigados todos. Eu não consigo provar que nenhum deles... Eu não tenho provas.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não. A senhora não precisa provar. Provar, a gente prova. A senhora passa, depois, a relação dos principais que a senhora ouviu, faz uma relação, entrega para o nosso Presidente, que nós vamos discutir, na CPI, o que nós vamos fazer com isso. A senhora não precisa provar nada. A senhora ouviu. A senhora não tem prova. A senhora está dizendo aqui que a senhora não está difamando e não caluniando ninguém, a senhora ouviu.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - A senhora vai passar para nós, nós esperamos, uma relação de quem seriam essas pessoas que supostamente fariam isso. Aí, nós vamos atrás das provas.



**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É que aqui nesse documento tem o nome de 2: o Luiz Estevam Ianhez e o Elias David Neto. Porque o promotor é tão ingênuo quanto muita gente aqui no País.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sei.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Porque a gente entregou o caso na mão dele e ele aceitou a argumentação de que era todo o mundo santo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Esse documento a senhora vai disponibilizar para a CPI?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu posso até... É meu, original, mas posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos providenciar. Já tiro a cópia.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Tirar uma cópia.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, faça essa gentileza para nós.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu nem preciso do original, só preciso de uma cópia.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sra. Neide, faça assim: faça uma reunião com a entidade, converse com a entidade, depois passe uma relação para nós desses nomes que circulam, aí, no meio, entre as pessoas que aguardam na fila de transplante. Em tese, é óbvio que nós não vamos expor essas pessoas. Nós vamos investigar antes para ver se realmente procedem ou não os comentários, os boatos. Mas nós vamos investigar. Traga essa relação para nós. A senhora poderia nos fornecer essa relação?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Posso. Agora, são todos professores universitários...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não tem problema.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - ....que têm dedicação exclusiva, quase todos, e são... têm patrimônio altíssimo. Também tem que verificar isso.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não se preocupe. O Law Kin Chong também tinha um patrimônio altíssimo e está preso.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Pois é, pois é. Eu não pretendo que ninguém seja preso, mas pretendo que o transplante seja transparente.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Claro.



**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Vejam outra coisa que quero dizer: nós somos 70 mil renais: transplantam 3 mil, com doador de cadáver, por ano. É 4%. É muito pouco. Então, tem que ter muita transparência, tem que se saber para onde foram esses 3 mil órgãos, para não ter nenhuma dúvida. Porque, imagine se todos os brasileiros fossem renais: 170 milhões, 4%, dá um órgão para cada 7 milhões de brasileiros. Além do mais, o estudo desses transplantadores foi pago pelo País. O transplante é pago pelo povo brasileiro, o remédio é pago pelo povo brasileiro...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Claro.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - ...e o povo brasileiro não tem nem a oportunidade de saber quem é o 1º, quem é o 2º, quem é o 3º da lista.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Deixe-me fazer a última pergunta para a senhora. Depois de os outros Deputados perguntarem, conversarem, a senhora gostaria de ter alguma reunião em separado com a CPI, ainda hoje, para passar alguma informação que a senhora gostaria, alguns nomes?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Posso. Posso ter, sim.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Está ótimo. Eu passo para o próximo Deputado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não sei se o Deputado Geraldo Resende quer fazer uso da palavra. Se não, nós vamos...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sr. Presidente, agora mesmo. Nós estamos ali, estou esperando até atingir o *quorum*, estamos na votação do relatório final de uma Comissão externa que foi criada nesta Casa, conduzida, coordenada pelo Deputado Rafael Guerra, da Frente Parlamentar da Saúde, acerca da possibilidade, das denúncias de interferência na lista de transplante de medula óssea, das denúncias havidas na imprensa. Foi importante a gente fazer essa Comissão, porque ela... E eu acho que é isso que também nós temos que tirar aqui. Estava vendo aqui no relatório final que nós vamos votar que tem 32 sugestões sobre transplante de medula óssea, muitas das quais pode ter a mesma similitude dos casos que nós estamos enfrentando aqui. Tem mais 5 sugestões para o trabalho aqui no Poder Legislativo. E, certamente, aquilo que a D. Neide Barriguelli e o Deputado Rubinelli, que me antecedeu, apontam, é necessário que a gente crie mecanismos discutidos com especialistas, para que nós possamos dar uma



transparência maior nas listagens de todos os Estados acerca da lista de espera que a D. Neide comenta aí. Só gostaria de fazer um reparo, D. Neide, até pela figura da senhora, uma figura terna, e que está aí há muito tempo nessa luta, quando a gente faz algum tipo de declaração, para não generalizar. A senhora disse que todos os médicos...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Estou aqui pensando que não são todos.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - A senhora disse, foi o termo que a senhora disse: *"Médico é danado para arrumar desculpa"*. Eu sou profissional e me sinto... Eu acho que a senhora podia...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu sou danada para arrumar encrenca com médico.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Não. Eu acho que não é encrenca, porque eu respeito a senhora. Eu tenho certeza de que a senhora não quis generalizar, mas é importante que a gente possa fazer uma correção, porque assim como tem maus profissionais na minha área, tem também na política, tem também na religião, nas igrejas, tem também na advocacia, tem também em todas as atividades do ser humano. Então, acho que seria até para fazer uma correção, porque eu tenho certeza de que a senhora jamais quis generalizar com todos os profissionais da área médica. E dizer que aquilo que a senhora traz aí é uma situação que nós vamos ter que nos debruçar. Logicamente, tem documentos e mais documentos aí. Mas só a nível de colaborar, Presidente, eu acho que a gente precisava fazer, para que essas sessões possam nos dar até caminhos, que a gente pudesse trazer, junto, alguma coisa... Vamos supor, hoje seria muito profícua se nós tivéssemos aqui, ao lado da D. Neide, o responsável pela Central de Transplantes do Estado de São Paulo, ou seja, que ele pudesse... Porque eu também sou médico, sou ginecologista obstetra. Lógico que nessa área... A gente tem pouco conhecimento da área da urologia e da nefrologia — e também do trabalho desses serviços no País — mas certamente seria importante a gente fazer contrapontos. Ou seja, ao lado da D. Neide, ou de outro depoimento que porventura vier a se fazer no futuro, que nós pudéssemos, ao mesmo tempo, também criar condições para poder ter aqui o debate que pudesse até clarear e até apontar rumos para que não parem algumas questões que, às vezes, até nos impossibilita, por a gente não ter



conhecimento mais balizado de fazer questionamentos que, certamente, deveriam existir. Só isso. Eu me sinto satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - D. Neide, nós agradecemos a presença da senhora aqui, nesta Comissão, até porque a senhora faz parte dessa luta e da história dos pacientes que estão aguardando por um transplante no Brasil, daqueles que já foram transplantados, mas não tiveram sucesso, e daqueles que lutam por um transplante no Brasil. Muito embora a senhora já tenha até afirmado que hoje a senhora não tem interesse em realizar mais o transplante, até por causa dessa debilitação toda do decorrer do tempo e até de insucesso dentro da política de transplante. Mas, com certeza, a senhora, até pela posição que ocupa, tem bastante informação que pode prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. E durante todo esse tempo peregrinando, quem sabe, pelos hospitais, pelos centros de hemodiálises, participando de congressos sobre transplante, a senhora é uma pessoa que tem conhecimento de causa, conhece o assunto, discute o assunto. Hoje, por interesse de outros brasileiros que estão na fila de transplante, quais são os procedimentos do Ministério da Saúde ou do Sistema Nacional de Transplante quando recebe essas denúncias? Eles realmente têm interesse em investigar, em apurar? Eles têm algum banco de dados sobre essas denúncias? A senhora pode nos falar alguma coisa sobre isso?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu fiquei até meio cautelosa de vir depor aqui, porque todas essas denúncias eu já fiz recentemente para o Ministério da Saúde: fiz na Coordenação de Alta Complexidade, fiz um relatorozinho, que foi passado para o atual Governador. Mas ele acaba de assumir. E foram feitos, em abril e maio, 2 fóruns de transplantes pela Central Nacional de Transplantes. Então, a Central está passando por uma reformulação. Eu, primeiro, fiz essa denúncia para o assessor do Ministro, fui prontamente atendida. Quer dizer, no mesmo dia eu fui ouvida pela Coordenação de Alta Complexidade. Então, está muito cedo para ver... Quer dizer, eu fiz essa denúncia há pouco tempo lá. Foram feitas 2 etapas do fórum. Quer dizer, ainda está em elaboração o que a Central vai fazer depois dessa... Não é Central, é Serviço Nacional de Transplante. Quer dizer, eu estou esperando o que eles vão deliberar depois desses 2 fóruns. Ainda não saiu nada. Diz que vai sair uma consulta pública, onde a gente vai poder se posicionar. Só que, enquanto a Central



se reorganiza, nós temos que dar a maior força para a Central nacional. Ela está muito bem organizada, tem normas. Só que os Estados fazem as suas normas. São Paulo desrespeita completamente as normas. Eles estão até fazendo um jornalzinho, um boletim do Hospital das Clínicas, uma associação de renais que fizeram lá dentro, e está orientando. Agora, o... Porque, ontem, o Ministro assinou nova portaria sobre a questão do renal, que vai ter toda a prevenção. Pela primeira vez, o Ministério se debruçou e falou: *“Bom, como é que se fabrica um renal no País? E como é que nós vamos tratar?”* Então, levou um ano essa discussão, ontem foi assinada uma nova portaria. Nessa nova portaria, o centro de diálise tem 60 dias para inscrever o paciente novo numa central de transplante. O Hospital das Clínicas está divulgando, aí, que quem se inscreve é o paciente, não é o centro de transplante, não é a clínica de diálise. Porque para o paciente fica muito mais difícil. Então, é todo um processo. Eu dou um voto de confiança para o Dr. Roberto, acho que é uma pessoa extremamente séria que pegou um espinho duro. Parece que ele, em Porto Alegre, já levava muito bem a Central de Transplante. Então, tenho muita esperança no Dr. Roberto. Mas ele começou agora, então não posso exigir nada. Agora, tudo isso é anterior a ele.

*(Intervenção inaudível.)*

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Roberto...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Roberto Soares.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não. O Humberto só me atendeu prontamente e me encaminhou para os assessores. Mas o Dr. Roberto é muito novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora, peregrinando por São Paulo, nós sabemos que lá existe até... Foi dividido em algumas regiões, devido ao grande número que está na lista. A senhora tem conhecimento se pessoas de outros países fazem transplante no Brasil?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Olha, uma vez eu ouvi dizer... Um taxista que fica na porta do Hospital Oswaldo Cruz diz que vem muito boliviano e que vêm árabes fazer transplante lá no Oswaldo Cruz, mas que, provavelmente, os bolivianos — ele me falou — trazem os parentes para fazerem o transplante. Mas, na época, eu denunciei para a imprensa e não aconteceu nada. Porque era só a questão de ir



lá e ver, não é? Quer dizer, ninguém se interessou em pesquisar. Isso já faz algum tempo.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sr. Presidente, eu posso até ajudá-lo nessa pergunta que o senhor fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Vem sim. A população do Paraguai e da Bolívia, pobre, que tem o sistema de saúde totalmente desestruturado, tem procurado o SUS no nosso País.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Infelizmente, eu vi, até ontem, publicado no jornal de maior circulação do meu Estado uma proibição para que 28 pacientes do Paraguai fossem proibidos de fazer hemodiálise em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Façam diálise. Eu ouvi isso.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - O que vai trazer, certamente, porque a estrutura do sistema de saúde lá no Paraguai é muito precária, transtorno e vai colocá-los em risco de vida. Ali na faixa de fronteira — eu sou do Mato Grosso do Sul — é fácil ter dupla nacionalidade, ou seja, ter documento tanto do Brasil quanto do Paraguai. E só se descobriram esses pacientes agora que estavam fazendo hemodiálise no teto financeiro do Município de Campo Grande. Logicamente a gestora municipal lá tem razão em poder até criar hoje, ter essa portaria, porque ela tem que pagar todo mês, o recurso repassado pelo SUS está sendo insuficiente. Mas ao mesmo tempo é uma questão da gente de ter hoje uma interlocução entre os 2 países, Brasil e Paraguai.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Você sabe se esses pacientes entram na fila no Brasil?

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Quero chegar lá. Eles fazem hemodiálise no Brasil e logicamente devem também criar mecanismos de, através da identidade no Brasil, poder também entrar na fila de espera do Sistema Único de Saúde. Eu acho que isso não é só uma realidade no meu Estado. Deve ser uma realidade em todos os Estados de faixa de fronteira, onde o nosso sistema age.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas nós estamos falando de São Paulo. Não é isso?

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Não, em São Paulo também. Eles podem fazer também em São Paulo. Acho que tem hoje uma colônia muito grande no Paraguai...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Tem boliviano em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - ...e uma colônia muito grande de bolivianos em São Paulo, por causa dessa situação paupérrima em que vive esses países hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora já participou de alguns congressos sobre transplante em algumas regiões do Brasil, no nordeste, por exemplo?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - A minha cidade... A gente faz algumas reuniões das entidades. Tem muito congresso de nefrologia, de transplante, mas eles evitam que os pacientes participem. A gente sempre tenta participar, mas é muito difícil a participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora lembra o último que a senhora participou no Nordeste, o congresso?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Como?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o ano que a senhora participou do último congresso no Nordeste?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu estive há alguns anos. Teve um congresso em Fortaleza. E o ano passado, quando o Dr. Diogo era da Central Nacional de Transplante e estava fazendo uma avaliação nacional, nós fomos para Fortaleza, a convite do Ministério, que reuniu lá várias entidades, inclusive medula óssea, onde eles estavam fazendo um primeiro apanhado da situação do transplante no País. Nessa ocasião, eu já denunciei alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora lembra onde a senhora ficou hospedada no Nordeste, a última vez, qual o nome da pousada que a senhora ficou ou não?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em 2002, assim, em 2003? Alguma pousada...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu vou bastante para o Nordeste. Eu fui em Natal agora, porque eu sou representante no Conselho Nacional de Saúde. De vez em quando o Conselho nos manda para alguma representação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora se lembra se em algumas dessas pousadas, se o Dr. Medina já esteve hospedado na mesma pousada que a senhora no Nordeste, em alguns desses congressos?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Tantas vezes cruzei com o Medina que... Geralmente, quando o paciente vai nós ficamos em hotel barato e os médicos ficam em outros hotéis. Na mesma, não lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não lembra, não?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não. Conheço bem o Medina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora já ficou hospedada numa pousada chamada Ponta Negra no Nordeste?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não. Em Natal eu tenho amigos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora não chegou a ficar hospedada numa pousada lá em Natal chamada Ponta Negra?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Ponta Negra... Ah, nós ficamos uma vez num hotel que é de um doente renal de Natal. Ficou todo mundo lá, mas o Medina não estava lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Nesse hotelzinho, é um hotelzinho muito simples. Isso foi na eleição... Nós fizemos... Não sei se foi 2000... 98.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em 2002, a senhora não lembra, não?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Em 2002, não lembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não. Sra. Neide, o Sistema Nacional de Transplante, a senhora acha que funciona sem irregularidade nenhuma ou a senhora acha que existe irregularidade? O Sistema de Transplante no Brasil funciona sem irregularidade ou a senhora acredita, pelas denúncias que a senhora já tem acompanhado, pelas dificuldades...



**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não, está muito a desejar. Tem que parar e reestruturar tudo. Inclusive a legislação é confusa, porque a legislação que tem aí é aquela que foi da doação presumida. Aí não quiseram fazer presumida. Os transplantadores se recusaram porque disseram que iam ser acionados na justiça. O Conselho Federal de Medicina veio em socorro dizendo que qualquer família poderia se sentir lesada e que quem seria processado seria o médico. Aí desde o começo nunca fizeram... Não houve nunca doação presumida no País. Sempre foi consultada a família, o que ficou confuso, porque essa lei devia ter sido evitada, de aprovar. Foi uma discussão longa e acabou aprovando uma coisa que os próprios médicos não concordavam. Então, não sei, porque foram acordar só depois que a lei foi promulgada, porque houve uma série de audiências públicas. Em todas eu fui contra a doação presumida, porque acho que doação é um ato de amor e que não pode ser imposto para ninguém. E minha fala foi perdida porque venceu a doação presumida e bagunçou tudo, porque para nós não teve nenhum benefício, a lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nessa luta da senhora, a senhora tem conhecimento, por exemplo, se o Ministério da Saúde tem dados estatísticos sobre a sobrevivência dos pacientes transplantados?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não tem. Vive falando que precisa, que precisa, mas ninguém apresenta. Mas eu acho que tem, porque não é possível. É muita incompetência não ter esses dados. Porque não é alguma coisa que se faz no País há pouco tempo. Já faz algum tempo e nunca ninguém tem esses dados. Apesar de ter sociedades científicas organizadas, os dados não são confiáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pastor Pedro Ribeiro.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Sra. Neide, eu quero cumprimentá-la e ao mesmo tempo parabenizá-la pela *performance* na área. Estamos vendo que a senhora está douta, está pronta, está, diria até, calejada na área de tanta luta, não é D. Neide? Eu queria saber de antemão quantas associações nacionais estão filiadas à federação.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É muito difícil a organização do paciente. Tenho nesses anos todos estimulado. Então, tem associação de tudo quanto é jeito. A maioria começa com um paciente mais esclarecido, começa a usar a casa, os familiares e tal. E ali nasce um lucro. Então, nós temos mais de 50.



**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Formais. Formalizados.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Formalizados. Agora, morre o Presidente, desestrutura tudo. Aí as famílias geralmente falam: *"Não, vamos continuar"*. Algumas famílias continuam. Geralmente as mais bem informadas, aí continuam, dão associações muito boas porque a pessoa conhece, se dedica, já não tem mais o doente para cuidar. Nós conseguimos agora provar para o CONADE, o Conselho Nacional de Deficiente, que em 20 Estados nós temos associações ativas. Aí conseguimos a vaga em cima dessa associação que nós temos nas 5 regiões e em 20 Estados. Porque organiza mesmo, porque a situação do renal no País é tão ruim que se não organizar morre. E essa luta nós estamos vencendo, porque antes a tragédia de Caruaru era a tragédia diária, não era só Caruaru, não. Era uma lástima. O SUS pagava, não fiscalizava, morria doente, mal cuidado. Nós não deixamos de ser mercadoria. Continuamos sendo uma boa mercadoria, só que agora dentro de regras. E cada vez as regras estão mais fortes. O trabalho que foi feito no ano de 2003 pelo Ministério da Saúde é um trabalho exemplar. O Ministério da Saúde sabe hoje quanto custa uma agulha, quanto custa uma gota de medicamento, porque tem alguns medicamentos que é por gota, porque são 5 gotinhas e eles diziam que pagavam 30 reais pelas 5 gotinhas. E o Ministério pôs uma equipe lá e foi a fundo. Pesquisou tudo. Existe hoje uma planilha de quanto custa uma diálise no País. E isso foi discutido o ano inteiro. Então, esse trabalho... E a gente está agora sossegando para ir para outras coisas, porque tem que dar dignidade para o paciente, tem que dar direitos, tem que dar o transplante. Então, como a diálise está sossegada e nisso a gente conseguiu organizar uma rede de associações, então, eu acho que nós temos tudo para conseguir melhor tratamento para o renal.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - A razão principal da criação das associações e da federação é observar se existem desvios ou fiscalizar lista ou preocupar-se como um todo a fim de ver mais dignidade no trato na lei e tudo o mais?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Deputado, é uma questão de sobrevivência mesmo. A gente se organizou para conseguir viver. Agora nós estamos conseguindo viver. Então, vamos começar a querer mais coisas. *(Risos.)*



**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Uma vida melhor, vida abundante. (*Risos.*) Outra coisa, D. Neide, recebem algum apoio, algum incentivo, algum suporte ao poder público de empresas?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Algumas associações... As associações municipais, geralmente conseguem das Prefeituras. As outras é muito mais difícil. Algumas estaduais conseguem. Eu nunca consegui nada. Nunca e nem... Desisto agora, porque a gente está há 20 anos nessa luta. Nunca consegui ajuda. Hoje os próprios pacientes ajudam. Dão 2, 3 reais por mês. Quem não pode não dá. O dono do laboratório Luper, que é da Virilon, teve um familiar que foi renal. Nós precisamos tomar um cálcio na refeição, que é para eliminar o fósforo que tem nos alimentos. Nós precisamos nos alimentar bem. Precisa ter fósforo. O fósforo faz mal e sai pouco na diálise porque é uma molécula grande. E aí o cálcio se junta ao fósforo na alimentação e elimina pelo intestino. Só que o cálcio é muito caro para mandar encapsular, ele barato é em pó, que é horrível. E esse senhor, o Dr. Nelson, lá da Luper, faz em comprimido. E aí ele faz a doação para a associação. Então, o paciente vem procurar o cálcio, fica sócio, já procura lá na Internet. A gente já orienta nutrição e tal. E estamos indo. Já passaram 5 mil pela associação. A gente sabe que muitos já morreram, mas nós temos lá... Porque a gente não consegue fazer esse controle de que quando vai a óbito some. Então, tem uns 2 mil que vêm por mês pegar o cálcio.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Uns 2 mil?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Dois mil.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Agora, quando a senhora se movimenta junto ao Ministério ou aos hospitais, ao próprio poder público, eles recebem, também dando dignidade, recebem com carinho, com zelo, respondem bem?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu sempre fui muito bem recebida. Desde o Ministro Jatene, desde quando ele foi Ministro do Collor. E vim batendo em todas essas portas sempre muito bem recebida. Só que nem todas as vezes saí contente, não é? Ultimamente, desde 96, quando o Jatene conseguiu fazer a primeira portaria que revolucionou a diálise, que obrigou aos centros de diálise se modernizarem, de lá para cá houve uma revolução. E tenho sido muito bem recebida. E eu sou... Em



1990, o Jatene mesmo retomou as atividades do Conselho Nacional de Saúde e fez um conselho amplo. E lá já tivemos representação. Eram os hemofílicos e os renais, que era o Leilton Pereira Guedes, que foi o meu professorzinho que hoje não está mais comigo, mas que me faz muita falta. Mas ele ficou no Conselho de 90 até 95. Em 95 eu vim para o Conselho Nacional, e estando no Conselho Nacional a gente tem um respeito.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - É. Goza de um respeito. A senhora falou e a gente tem visto aqui no decorrer da nossa luta na CPI, a questão da lista. A senhora me falou — e até mostrou aí rapidamente — que uma vez lhe deram lá em São Paulo a lista. A senhora chegou a pedir mais de uma vez e foi atendida ou essa lista realmente é difícil de ser?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Essa lista só deu para a Maria Lúcia Godim, que conseguimos suspeitar e provar que ela tinha sido preterida. E aí ela teve o direito de saber quem passou na frente dela. Então está aqui, estão as 2 listinhas aqui...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - E ela está aqui?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Aí eu pedi para o Medina, ele me deu a dele. Porque, nessa ocasião, eu tinha até um acordo com o Medina. É muito exame que tem que fazer para deixar ativa toda uma lista. Ele tinha uns 2 mil naquela época. Para ele, de 3 em 3 meses, fazer sorologia, ele não ia achar aqueles 2 mil órgãos em 3 meses. Então, nós tínhamos lá um acordo: ele fazia, ele preparava os 100 primeiros de cada tipo sanguíneo. E essa lista ele me deu. Mas, depois que acabou essa questão da lista, virou só o HLA, então, nem procurei mais. Mas aí também perdeu a chance de a gente controlar a fila.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Hoje, realmente, é uma coisa difícil, a gente conhecer a real fila de espera...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não, não tem... Não, hoje não tem, eles estão numa posição confortável porque o critério principal é de compatibilidade, é o HLA, não é tempo de espera.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Certo.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Aí precisa ter o HLA compatível. Eu já tinha pedido para o Dr. Agenor. Então na Internet sai o HLA, que é uma coisa técnica,



mas eu acho que a gente acaba aprendendo. Sai o HLA, e todo mês ele publicaria os HLAs que apareceram dos doadores. Ele ficou de ver. Então, hoje ele não é mais o coordenador da Central.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - O coordenador...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É o Dr. Pereira, e seria muito bom o Dr. Pereira vir aqui, mas comigo. Eu volto.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - É porque eu tenho uma coisa que estranho. Pela lei, tem que ter essa lista nacional e as listas regionais. Então, na hora que entra essa nova modalidade de seleção, eu acho que é uma forma de tergiversar, de sair da... de furar a lei.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não, tem uma lista que não existe, porque, se tem um critério, que é compatibilidade genética, aí é loteria, não é...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Pronto, isso aí é uma coisa que tem que se observar com muito zelo. É uma forma de burlar a lei, o que está oficializado.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Então, a história que eu contei. Conforme nós fomos tomando força, conseguindo um monte de informações, eles foram sendo acuados, e aí pegaram esse critério, que, aliás, já estava na lei. Eu fui ver a lei ontem, a lei não fala em tempo, a lei já fala na histocompatibilidade e já fala que o tempo que vale é o da inscrição. E aí lembrei que, quando saiu o decreto, nós tivemos que correr para ver se as inscrições estavam feitas porque era assim: para quem estava inscrito até o decreto, valia, e para os antigos, que não estavam inscritos, não valia. Eu consegui tirar no HC, da gaveta da Secretaria, da assistente social, Neide, que é quem faz esse jornalzinho agora, minha xará. Umas 700 fichas, que estavam no gavetão dela, porque o prazo encerrava e quem não tivesse com a inscrição na Secretaria do Estado ficaria no fim da fila. Aí fui, conversei com o Dr. Agenor, que falou assim: *“O que eu tenho é esse aqui”*. Atravessei a rua, fui lá, falei: *“Quero me inscrever para transplante”*. Aí ela falou: *“Ah, você volta daqui a 2 anos”*. Falei: *“Ah é, daqui a 2 anos, minha filha, você nem sabe o que está falando”*. Aí fui para casa, o Dr. Agenor me ligou e falou: *“O que você fez?”* Eu falei: *“Ah, dei uma prensa lá”*. *“Porque ela acabou de falar comigo, atravessou a rua, levou 700 fichas.”* Aí ele teve de prorrogar o prazo porque o pessoal dele não tinha competência de



fazer tanta inscrição em tão pouco tempo. Mas isso tudo, essa luta toda não adiantou porque toda vez eu consigo, ganho uma coisa, mas conseguem burlar. Então é aí que eu fico brava e generalizo. O Deputado ficou bravo, mas, olhem, são 20 anos, eu estou doente, eu quero resolver logo, o meu tempo é curto. Eu preciso resolver logo, porque eu não fiz muita escola, porque gente da minha coragem, assim, não tem. Eu só tenho essa coragem porque eu lutei contra a ditadura, e quem lutou contra a ditadura, foi preso, perseguido, não tem medo de nada. Eu não tenho medo de nada.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Mas... E é também uma forma de a senhora permanecer viva, viva e forte, inteligente...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Ah, sim, isso me ajudou demais. Além da minha família, isso me ajudou muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acredita, então, que o atual sistema facilita a fraude, as irregularidades?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Eu não vou dizer que facilita. A fraude tem tanta força que abafa a burocracia. A burocracia fica ali no papel fazendo normas, e os fraudadores, para esses, quanto mais normas fizer, melhor.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Furando as normas. A senhora citou, quando lia aquele processo, o nome de Luiz Estevam Ianhez. A senhora conhece o caso de Poços de Caldas e Piracicaba...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Conheço...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - ...do Álvaro Ianhez?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Conheço. Esse Álvaro é médico lá, no interior. E tinha uma clínica em São Paulo, a Santa Casa de Piracicaba, uma clínica de hemodiálise que a vigilância fechou, interditou. E a Santa...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Em São Paulo?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Em São Paulo, isso há alguns anos. Isso é fácil de ver. Porque hoje a Santa Casa fez contrato com outro grupo, modernizou, tem máquinas moderníssimas, tal. E ele sumiu de São Paulo. Porque aí, quando eu vi que ele apareceu lá em Minas, eu falei: *"Ah, é esse cara aí que estava lá"*.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - É ele.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É ele.





**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, ele tinha uma clínica em São Paulo, de hemodiálise...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Piracicaba. Há muitos anos, muitos anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E foi fechada?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Ninguém conseguia abrir clínica de hemodiálise em Piracicaba porque ele não deixava. Aí, eu e Leilton brigamos anos e anos e conseguimos botar lá o Pedro de Carvalho, que fez uma clínica linda lá, no Hospital da Cana. E aí todos os pacientes queriam ir lá no Pedro. E aí a regional da Secretaria da Saúde começou a comparar o rendimento das 2 clínicas. E quando nós fomos para a inauguração de uma nova clínica no Hospital da Cana, até o Dr. Guedes falou: *"Mas isso aqui não é uma unidade de diálise, é um salão de beleza"*. Porque tinha espelhos, muito bonito, um ambiente muito bom. O Pedro, também, pode ser convocado para contar as peripécias lá, em Piracicaba, porque ele conhece bem.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - A senhora conhece, além dessa clínica, alguma história do Álvaro Ianhez?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não, não...

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Dizem que ele é irmão do Luiz Estevam.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não, eu só vi depois que eu sabia que a clínica tinha sido fechada, surpreendi-me com ele chefe de uma, coordenador de uma central de transplante em Minas, e aí todo aquele caso que a gente acompanha até hoje infelizmente.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não sei se mais algum Parlamentar quer fazer uso da palavra. Então, nós vamos agradecer a presença da Sra. Neide, dizer da importância de tê-la aqui conosco, participando desta audiência e prestando suas informações importantíssimas para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas a senhora citou aí um nome de um médico, que está no documento enviado pelo Procurador, Sr. Elias David...

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Elias David Neto.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Elias David Neto. Ele é médico transplantista em São Paulo?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É, no Hospital das Clínicas e no Sírio-Libanês.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora, além desse caso aí de 97, já ouviu algum outro comentário sobre esse médico, sobre o procedimento dele no sistema de transplante?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não, a gente sabe que é um médico de primeira linha, um excelente profissional, ele é capaz no que faz, sabe, só que cobra caro pelo seu conhecimento. E isso é voz corrente em São Paulo, que ele cobra por fora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Que ele cobra por fora por um transplante?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É... Não, transplante, consulta. Eu estou lembrando até de um caso aqui, de muitos anos. É que o Dr. Pinotti não veio... Porque, quando o Dr. Pinotti era Secretário de Saúde em São Paulo, foi quando eu iniciei a minha luta. Não lembro muito bem como foi, mas sei que eu e o Leilton estivemos com ele para discutir que não tinha transplante. Porque a gente era muito iludido naquela época de que transplante era a salvação. E aí, quando o Dr. Pinotti tomou posse, fomos lá, ele falou: *“Não, esses caras vão transplantar”*. Porque, aquela época, não tinha lei, não tinha nada. Então só transplantava quem pagava, era 10 mil dólares e o dólar era dólar, igual hoje. Então só quem tinha uns 30 mil cruzeiros, na época, é que transplantava. Aí o Dr. Pinotti convocou todos os hospitais públicos que faziam transplante, de São Paulo, fez uma reunião grande... Tudo que era transplantador ligado ao Estado ele botou numa sala, a gente foi, e ele falou: *“Vocês vão ter que transplantar, eu quero saber por que vocês não transplantam, e eu vou dar condições de transplante. O que vocês precisam, nas suas unidades, para transplantar?”* E houve um silêncio na sala, nenhum transplantador do Estado estava interessado em transplantar. Aí o Dr. Gentil Alves Filho, da UNICAMP, falou: *“Professor Pinotti, eu preciso de um laboratório de imunogenética para poder iniciar os transplantes na UNICAMP”*. E ele falou: *“Pois faça o projeto que você vai ter”*. E a UNICAMP transplanta hoje porque quem iniciou



esse transplante foi o Dr. Pinotti, com o Dr. Gentil. Agora, se tem desvio na UNICAMP, não sei. Tem uma lista própria, então eu acho que tem que ser investigada...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Na UNICAMP, a lista não é uma lista estadual, não?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - É uma lista regional, é uma lista deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só da Universidade.

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Só da UNICAMP. Porque as pessoas do Estado todo podem se cadastrar lá. E, nessa ocasião, depois que o Dr. Gentil falou, o Dr. Elias, que nessa ocasião era médico daquele hospital que fechou, o Matarazzo, e tinha uma clínica de diálise dentro do Matarazzo, fazia transplante lá, propôs: *“Ah, Dr. Pinotti, nós temos o terreno e nós temos interesse em fazer lá uma fundação e tal”*. Aí o Pinotti falou: *“Olha, meu filho, eu não vou dar dinheiro para hospital particular construir. Você constrói lá, eu te dou a estrutura para você transplantar, mas eu não vou construir no hospital particular”*. Aí falou: *“Bom, então, mas o senhor pode pagar. O SUS só paga uma consulta pós-transplante por mês, e eu gosto de acompanhar muito bem meus pacientes e eu gosto de fazer 2 consultas”*. E aí eu acompanhava o caso de um paciente que estava muito bem de vida. Era um trabalhador qualificado, estava bem de vida, renal, pegou uma irmã, fizeram os exames e transplantou com o Dr. Elias. E esse moço precisava, todo mês, pagar uma consulta para o Dr. Elias para poder ter a receita da ciclosporina. E foi um tempo, deu uma porção de imprevistos na vida do rapaz, ele fez o transplante particular porque ele tinha a irmã e tal, só que, depois, ele não conseguia mais bancar essa consulta mensal. E chegaram a pedir cheque pré-datado para ele e tal. Eu não lembro o nome dele, eu não sei se é Elias ou Edson, mas como ele foi diretor da minha associação, eu posso procurar. Depois, no fim da vida, ele ficou numa miséria danada. E eu tive uma amiga que meio que adotou ele deve lembrar o nome dele se for preciso. Só que, nessa ocasião, eu falei para o Dr. Elias: *“O senhor cobra por fora, como que o senhor quer que a Secretaria da Saúde pague?”* E houve um mal-estar lá, ele disse que não, que não cobrava por fora, tal, que eu fosse lá. No fim não deu em nada porque, também, a Secretaria da Saúde abafou o caso, e nós...



Arrumaram para o rapaz ser acompanhado num hospital público, e ele teve, até o fim da vida, atendimento num outro hospital público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, é voz corrente, em São Paulo, que o médico Elias David faz o serviço pelo SUS e recebe por fora também, cobra dos pacientes?

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Sr. Presidente, pela ordem. A senhora, também, já ouviu falar que o Dr. Elias David...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Fale perto do microfone.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Já ouviu falar que o Dr. Elias David tinha algum convênio, ou prestava serviço, ou era sócio de uma clínica em Minas Gerais chamada MG Transplantes?

**A SRA. NEIDE BARRIGUELLI** - Não, isso nunca ouvi.

**O SR. DEPUTADO PASTOR PEDRO RIBEIRO** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sra. Neide, nós agradecemos a presença da senhora e nós vamos encerrar esta sessão e vamos fazer uma conversa reservada com a senhora, aqui pela Comissão, para que nós possamos entrar em detalhes sobre o sistema. E queríamos agradecer, de coração, a participação da senhora aqui conosco. E queremos dizer que nós queremos contar com este acervo vivo que é a senhora sobre assunto relacionado a transplante e sistema de transplante e os caminhos que nós poderemos percorrer, para que nós possamos colaborar com a população brasileira, principalmente aqueles que estão aguardando na fila por um transplante no Brasil. Então, nós agradecemos a presença da senhora. E vamos encerrar, em seguida, esta sessão, e vamos transformar esta sessão em sessão reservada. E nós queríamos também informar aos Srs. Parlamentares que nós estamos apresentando um ofício à Mesa Diretora pedindo a prorrogação dos trabalhos desta Comissão, tendo em vista que o trabalho está previsto para finalizar em 28 de julho e nós temos ainda muitos depoimentos a serem tomados e informações a serem colhidas. E a Comissão está analisando as informações que nos têm chegado. Então, eu estou dando ciência aos Srs. Parlamentares desse ofício, solicitando a prorrogação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós vamos, neste momento, então, transformar esta audiência em sessão reservada da Comissão. Peço a permanência no recinto apenas os



funcionários da Casa, para que nós possamos continuar uma conversa com a Sra. Neide Barriguelli.

*(A audiência pública é transformada em audiência reservada.)*